UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA ÁREA DA DANÇA:

UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DE CULTURA

MARCELLA SOUZA CARVALHO
Novembro de 2015

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais sob orientação do Prof. Dr. Danilo Júnior de Oliveira.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA ÁREA DA DANÇA: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

Marcella Souza Carvalho¹

Resumo:

O presente artigo apresenta um contexto recente da organização e articulação política na área da Dança, traçando um panorama do antes e depois da constituição de espaços de participação social instaurados pelo Governo Federal a partir de 2003, especialmente os avanços nas políticas culturais do Ministério da Cultura com a construção do Sistema Nacional de Cultura. Sob a ótica e princípios da democracia participativa, baseia-se em documentos oficiais, reivindicações e conquistas da área da Dança, e quais as repercussões e impactos para a área, principalmente no que se refere à sua autonomia em relação a outras áreas artísticas. A análise parte do princípio de que tais fatores sejam decorrentes principalmente dos processos participativos da sociedade civil, levando em consideração a valorização de um cenário onde o ideal de democracia participativa possa ser reconhecido como aquele em que se identifiquem avanços e efetivos espaços para representação, diálogo, deliberação e implementação de novas políticas em conjunto com o Estado.

Palavras-chave: Dança, Democracia, Participação Social, Políticas Culturais.

Abstract: This article presents a recent context of organization and political articulation in the field of dance, drawing a picture of before and after the creation of spaces for social participation initiated by the Federal Government since 2003, especially advances in cultural policies of the Ministry of Culture with the construction of the National Culture System. From the perspective and principles of participatory democracy, based on official documents, claims and achievements of the dance area, and what the repercussions and impacts on the area, especially with regard to their autonomy in relation to other artistic fields. This analysis assumes that these factors are resulting mainly from participatory processes of civil society, taking into account the appreciation of a scenario where the

¹ Advogada atuante na área de Cultura e Terceiro Setor. Pós-graduanda em Gestão de Projetos Culturais pela USP. Bailarina e professora de dança, integrante da Cia Flor de Lótus em Curitiba. Produtora cultural. Conselheira da área da Dança no CONSEC – Conselho Estadual de Cultura do Paraná (biênio 2012/2014). Conselheira do Fórum de Dança de Curitiba. Membro da Comissão de Assuntos Culturais da OAB/PR.

ideal of participatory democracy can be recognized as the one who identify advances and effective spaces for representation, dialogue, deliberation and implementation of new policies together with the state.

Keywords: Dance, Democracy , Social Participation, Cultural Policy.

Resumen: En este artículo se presenta un contexto reciente de la organización y articulación política en el campo de la danza, un dibujo de antes y después de la creación de espacios para la participación social iniciada por el Gobierno Federal desde 2003, sobre todo los avances en las políticas culturales del Ministerio de Cultura con la construcción del Sistema Nacional de Cultura. Desde la perspectiva y los principios de la democracia participativa, en base a documentos oficiales, las reivindicaciones y logros de la zona de baile, y cuáles son las repercusiones e impactos en la zona, sobre todo con respecto a su autonomía en relación con otros campos artísticos. Este análisis supone que estos factores están dando como resultado principalmente de los procesos de participación de la sociedad civil, teniendo en cuenta la apreciación de un escenario en el que el ideal de la democracia participativa puede ser reconocido como el que identificar avances y espacios efectivos para la representación, el diálogo , la deliberación y la implementación de nuevas políticas en conjunto con el Estado.

Palabras clave: Danza, Democracia, Participación Social, Políticas Culturales.

1. INTRODUÇÃO

A Dança é uma das linguagens artísticas mais antigas que se tem conhecimento, com referências ainda no período pré-histórico. Estatísticas do IBGE do ano de 2006 (Pesquisa MUNIC que avaliou o perfil dos municípios brasileiros) apontam que a Dança é a linguagem que, em segundo lugar – apenas atrás do artesanato –, reúne o maior número de grupos artísticos por município no país, com índice de 56,1%. Porém, mesmo considerando-se esse percentual, que hoje é certamente maior, o que se sabe é que há uma escassez de ações específicas do poder público para a área. Fato é que a Dança é uma expressão artística plural, que representa diversos estilos de manifestações, crenças e técnicas, mas que tem um histórico de marginalização e de não reconhecimento pelo Estado e pela sociedade enquanto área autônoma produtiva. A Dança é, além de tudo isso e conforme demonstrará o presente artigo, uma área de atuação política.

Segundo o mapeamento do Itaú Rumos Cultural de 2009, há 45 organizações da sociedade civil que respondem pela Dança em 16 estados. Destas, duas são sindicatos de

Dança (Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado de São Paulo e Sindicato dos Profissionais da Dança do Estado do Rio de Janeiro), nove são os Sindicatos dos Artistas e Técnicos de Espetáculo/Sateds, duas são associações de pesquisa em Dança, 20 são associações, uma é representação nacional – Fórum Nacional de Dança –, três são Fóruns de Dança, duas são cooperativas, e dois são sindicatos de produtores das artes cênicas. Retirando-se os 11 sindicatos que não são específicos da área da Dança e os dois grupos de pesquisa que não apresentam caráter de discussão sobre questões de classe especificamente desta ordem política, têm-se 32 organizações específicas da área da Dança que se reúnem para debater as políticas culturais e atuar nesta seara.

Em consonância com o referencial acima citado, o tema proposto neste artigo analisa a organização política na área da Dança sob a ótica da democracia participativa que emergiu fortemente com programas do Governo Federal implementados a partir do ano de 2003 – especialmente o Sistema Nacional de Cultura –, os quais vieram a impactar diretamente a área da Dança e demais áreas artísticas. A pesquisa demonstra a estrutura do Sistema Nacional de Cultura e como ele influenciou as políticas culturais do país sendo essencialmente voltado à participação popular agindo de forma institucionalizada, ou seja, com o objetivo de atuação em conjunto com o Estado. Demonstra ainda, uma vez que se analisa o exemplo da Dança, como a classe se utiliza desses espaços de participação popular para reivindicar, beneficiar-se, e reconhecer-se enquanto agentes culturais e políticos capazes de mudança para sua área.

Abordagens acerca dos contextos de democracia participativa, políticas culturais e de Dança enquanto esfera de atuação política serão trabalhadas ao longo do artigo, dando embasamento assim para a disposição dos principais pontos que permeiam o protagonismo da área da Dança nos espaços de participação social, e quais foram os impactos dessa realidade. Como era o entendimento da classe antes e como isso se alterou a partir da implementação dos mecanismos do Sistema Nacional de Cultura, principalmente com relação à atuação do Colegiado Setorial de Dança, componente do Conselho Nacional de Políticas Culturais.

Nesse cenário, as movimentações e organizações de representação da área da Dança acompanharam o curso das novas políticas e intensificaram a articulação por políticas específicas para a categoria. Importante destacar que o desenvolvimento e fortalecimento da área da Dança – assim como de qualquer outra área artística – não se deu e não depende somente de recursos e programas de órgãos públicos, sejam eles municipais, estaduais ou

Governo Federal. Tampouco de leis de incentivo, ou da vontade política, embora ainda grande parte da produção cultural utilize-se desses artifícios. O que se quer demonstrar é que ela subsiste, também, da ação e da iniciativa de distintos agentes participativos, de organizações e movimentos da Dança no país que vêm gerando demandas, além de propor formatos de encontro e diálogo com o poder público – sociedade civil – há anos².

Considera-se também como aspecto fundamental para o desenvolvimento dos espaços de participação e representação política das artes os períodos de transição na administração do Ministério da Cultura e também da Funarte – Fundação Nacional das Artes, o que reverberou em alterações nos espaços de representatividade da Dança e mesmo nos órgãos Colegiados e na estrutura do Sistema Nacional de Cultura. Essas alterações ainda envolveram mudanças de representantes no Ministério da Cultura – Gilberto Gil, Juca Ferreira, Ana Maria Buarque de Hollanda, Marta Suplicy e o retorno de Juca Ferreira, em 2015 –, cinco mudanças na presidência da Funarte – Antonio Grassi, Celso Frateschi, Sergio Mamberti, Antonio Grassi, Guti Fraga e Francisco Bosco – e duas mudanças na Coordenação de Dança da Funarte – Marcos Moraes, Leonel Brum e Fabiano Carneiro.

Sendo assim, essa pesquisa pautou-se na hipótese de que a articulação política na área Dança passou a se empoderar e reconhecer sua força de representatividade a partir do aproveitamento dos espaços de participação social institucionalizada oportunizados pelas políticas culturais do Governo Federal iniciadas em 2003, e, além disso, das organizações populares descentralizadas que surgem nesse mesmo contexto, o que legitima a categoria dentro do universo da democracia participativa e faz com que se perceba seu lugar frente às políticas públicas, sua expansão em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Para tanto, as obras de Marila Velloso e Helena Katz são imprescindíveis ao presente estudo, eis que delimitam toda a trajetória política da categoria da Dança (frisa-se que há uma escassez de obras que versem sobre políticas para a área da Dança). Da mesma maneira, são indispensáveis a este estudo autores do ramo das políticas culturais, estudos de cultura; e democracia participativa – Albino Rubim, Canclini, Boaventura de Souza Santos, Robert Dahl e Richard Dworkin.

Deste modo, o presente artigo baseia-se numa abordagem sistêmica alicerçada no referencial teórico acima mencionado, além de – e principalmente – em documentos oficiais do Ministério da Cultura, a exemplo do Plano Nacional de Dança, Regimento

² Utiliza-se, aqui, a conceituação de sociedade civil proposta por Bobbio, Matteucci e Pasquino (2009, p.1210), que a vê como "a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder; como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impõem à conquista do poder político".

Interno do Colegiado Setorial de Dança e da Moção n.º 25³ também do Colegiado Setorial de Dança; produção textual de organizações e representantes da sociedade civil, produções do Conselho Nacional de Política Cultural, Relatórios da Funarte, entre outras referências de instituições congêneres.

Resta claro, portanto, a importância de se averiguar o desenvolvimento da relação entre poder público e a área da Dança, verificando as propriedades e especificidades relacionais que a classe partilha com as políticas culturais do País e de que forma resultam e impactam nas transformações político-institucionais ocorridas nos equipamentos e também em componentes e relações decorrentes de fatores externos ao sistema, além de sua própria área artística.

2. A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NAS POLÍTICAS CULTURAIS: O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA E SUAS ESTRUTURAS.

“A democracia pode ser inventada e reinventada de maneira independente quando existem as condições apropriadas”, afirma Robert Alan Dahl (1998, p. 9). Também segundo o autor, a democracia proporciona oportunidades para a participação efetiva, igualdade de voto, aquisição de entendimento esclarecido e o exercício do controle definitivo do planejamento. Ao mesmo tempo em que estes são pressupostos para o princípio de igualdade política, são exemplificados como os modos de satisfazer a exigência de que todos os membros estejam igualmente capacitados a participar das decisões políticas (DAHL 2009). Este é o referencial de democracia participativa ao qual se dedica o presente artigo, e sobre o qual se embasam os entendimentos que se seguem.

Ao menos duas dimensões teóricas compõem a ideia de democracia para Dahl: o direito a participar e o debate público (DAHL 2009). Participar, neste caso, estando diretamente relacionado ao direito de se ter informação e acesso à discussão. Portanto, as duas dimensões se complementam, assim como ambas carregam um potencial para alteração de um processo democrático e elaboração de políticas públicas.

Ainda, apontando para a discussão da igualdade política, Ronald Dworkin (2005, p.502) denomina de coparticipativa uma dimensão de democracia em que *“o governo exercido pelo ‘povo’ significa governo de todo o povo, agindo em conjunto como parceiros*

³ “Moção de Apoio à Câmara Setorial de Dança pelo cumprimento da Recomendação n.º 01/2005, aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, que evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera”.

plenos e iguais no empreendimento coletivo do autogoverno".

Também nesse sentido, para Gramsci (1981 apud VELLOZO, 2011), a conquista de poder público pela sociedade civil, requer a articulação entre diferentes grupos sociais e destes com a sociedade política. Sua afirmação como instância de poder requer a utilização de estratégias em busca da hegemonia política e cultural, cuja construção deve-se fundamentar na ampliação da esfera de participação e na socialização do poder, criando novas relações capazes de intervir de forma significativa nas relações cotidianas. Assim, traçado o referencial teórico de participação da sociedade civil nas decisões políticas, cabe apresentar como se deu tal panorama no país.

O período de redemocratização da sociedade brasileira trouxe consigo a participação da sociedade civil organizada como atores desta nova fase de construção democrática e participativa do país. As décadas de 70 e 80 foram palco da multiplicação de movimentos sociais. Novas formas de organização política e novas pautas começavam a surgir, além da retomada fortificada daquelas que já existiam: sindicatos, movimentos identitários, associações civis, entidades estudantis, grupos culturais, grupos de esquerda, setores progressistas, todos na expectativa de uma política capaz de incluir a diversidade existente e pautada em ideias de participação e poder popular. Além da reivindicação de questões específicas, contrariavam o sistema político ditatorial com a defesa da democracia e disseminavam valores e princípios de participação e justiça social.

Tratava-se, sobretudo, da reivindicação de novas formas de relação entre Estado e sociedade, protagonizada por novos sujeitos políticos antes excluídos que orientavam para constituição de uma nova concepção de cidadania democrática, igualitária, não limitada à prática do voto, nem pela outorga mecânica de direitos, mas sim pela participação como meio e fim deste desejado modelo de democracia.

Todo este cenário influenciou e foi determinante para a consagração e promulgação da Constituição Federal de 1988, dita Constituição cidadã, que dá formato institucional à chamada democracia participativa juntamente com uma gama de direitos civis e apreço por decisões coletivas. Foi, por certo, uma revisão do modelo de gestão, que anteriormente tinha o Estado como protagonista, não suscetível a pressões populares.

A Constituição de 1988 inova ao criar espaços públicos para a participação da sociedade civil no processo de discussão e tomada de decisão de políticas públicas, sendo tal perfil flagrante já em seu primeiro artigo, que dá destaque ao exercício direto da

soberania popular⁴. Para Leonardo Avritzer (2008, p.43), "*O Brasil é um dos países com o maior número de práticas participativas no mundo, com uma infraestrutura de participação bastante diversificada na forma e no desenho*".

A questão fundamental da política nas sociedades modernas consiste na relação entre governos e governados, traduzida no regime político ou na forma de governo. Esse entendimento é o resultado de séculos de revoluções e lutas sociais que impuseram a democracia, forma de governo escolhida e dependente da participação do povo. Prevaleceu a compreensão liberal da democracia, mediante a qual o povo escolhe pelo voto seus representantes, delegando a eles o exercício do governo: a democracia moderna é essencialmente representativa. A Carta Magna carrega, entretanto, uma combinação de elementos da democracia representativa (exercida por meio de representantes eleitos pelo voto popular) e democracia direta (através da possibilidade de realização de referendos, plebiscitos e iniciativa popular conforme prevê a Constituição). Esta última chegaria mais próximo do imaginário de democracia participativa, por depender diretamente da participação popular.

Todavia, importante destacar que, o fato de tais recursos (referendos, plebiscitos e iniciativa popular) estarem previstos na Constituição, eles não são invocados com frequência, muito pelo contrário, o que acaba por distanciá-los do ideal e da prática de democracia participativa que se trabalha neste artigo. Há ainda diversos dispositivos do texto constitucional em que se evidencia o instituto da participação popular e o caráter descentralizado e democrático da administração pública. Ainda, mecanismos como os Orçamentos Participativos, ouvidorias, mesas de diálogo, conselhos e conferências são disciplinados em leis ou decretos específicos. Pode-se mencionar também as audiências públicas, Planos Diretores e parcerias com organizações não governamentais como exemplos de experiências de diálogo e compartilhamento da gestão pública que se multiplicam por todo país a partir da Constituição de 1988.

Boaventura de Souza Santos e Leonardo Avritzer (2002, p.76) orientam que não se deve confundir democracia participativa com democracia direta, tampouco considerá-la excludente ou substituta da democracia representativa. A democracia participativa deve transitar entre as outras duas, alargando limites e preenchendo lacunas; consente com os procedimentos eleitorais representativos, mas não aquiesce com uma participação democrática limitada ao voto; pode e deve se articular com a democracia representativa,

⁴ Parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal: *Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

complementando-a, aperfeiçoando-a, tornando-a presente e real. Para que isso ocorra, é necessária a compreensão de uma nova ordem política pautada na pluralidade cultural e inclusão social, para que não se perpetue um modelo hegemônico de democracia representativa elitista.

Sendo assim, vê-se o papel do Estado como determinante para o sucesso da inclusão da sociedade nas decisões políticas. Entretanto, mesmo com o cunho democrático instaurado no país a partir da Constituição de 1988, a década de 90 foi permeada por um governo neoliberal, cujas decisões eram concentradas no poder Executivo apenas, ou seja, pouca ou quase nenhuma centralidade à participação social.

Somente na última década, mais especificamente a partir de 2003, se pôde identificar que o Brasil cumpriu e produziu um amplo conjunto de instâncias e mecanismos de participação social tal qual e para além do previsto na Constituição. Nele, as conferências e conselhos nacionais de políticas públicas destacaram-se e fortaleceram-se como uma das mais promissoras inovações e principal marca do modelo democrático-participativo da nova gestão presidencial em 2003 por apresentarem conexão direta entre as políticas públicas e os processos participativos:

Significativamente, chegava à Presidência da República o principal líder sindical da mobilização pela redemocratização dos anos 80 e o partido político fundado exatamente por aqueles movimentos que reivindicavam uma democracia de alta intensidade, participativa e com protagonismo popular. [...] É indubitável, todavia, que o comando central do governo explicita uma forte intenção no sentido da abertura do Estado e institucionalização das políticas participativas. Isso se percebe no discurso oficial, em ações do governo e também na literatura que analisa a participação social no período. Logo no primeiro dia de governo, através da Medida Provisória 103/200355, é redimensionado o papel da Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), antes responsável pela interlocução apenas com os atores institucionais do Executivo. (SILVA, Louise Caroline Santos de Lima e, 2012, p.56).

Não há dúvidas que o governo de Luis Inácio Lula da Silva pretendia tomar a participação como estratégia de governabilidade, privilegiando formas institucionais de interação entre o governo e a população, o que gerou um ambiente inovador no que condiz à relação Estado-sociedade. Podem ser citados ainda, como exemplos desse período de inovação: a construção participativa do Plano Plurianual; a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; as Mesas de Diálogo, as Ouvidorias (com origem na década de 80, mas incluídas na Constituição apenas em 2004); o aumento das

audiências públicas, fóruns e comissões de participação popular; a elaboração de um Sistema Nacional de Participação (2011); a instituição, em 2014, da Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, entre outros exemplos ao longo dos últimos doze anos.

Não se pretende medir ou analisar aqui a efetividade e alcance dos avanços acima mencionados. Por evidente, a avaliação positiva acerca desses programas não é unanimidade, e críticas – principalmente no sentido de que os espaços na maioria das vezes são apenas consultivos – existem, mas, não restam dúvidas que, em comparação a outros períodos da história do país, os programas implementados a partir do ano de 2003 representam um maior avanço no que toca à participação social democrática brasileira. Isso sim é consenso tanto entre movimentos sociais quanto no meio acadêmico.

Na área da cultura, houve uma profunda reestruturação do Ministério da Cultura a partir da nomeação, em 2003, do ministro Gilberto Gil, seguido por Juca de Oliveira – atual ministro – quando se ampliou o leque das políticas culturais por meio do papel central que a sociedade civil organizada passou a desempenhar no processo recente, e ainda em curso, de construção de uma política nacional de cultura. Prioridade do MinC desde 2003, esse projeto tem passado pela construção do Sistema Nacional de Cultura-SNC, um regime de colaboração descentralizado e participativo que visa articular ações entre as unidades da federação e com a sociedade civil.

O seguinte recorte extraído de um artigo que compõe a obra *“Políticas Culturais no Governo Lula”*, organizada por Albino Rubim (2010, p. 43), citando o pesquisador cultural Canclini, apresenta fundamentais considerações acerca das políticas culturais participativas:

Ao definir política cultural, Canclini (1987, p. 65) chamava a atenção para dois aspectos fundamentais: 1) os atores sociais que devem estar envolvidos nas políticas culturais; e 2) os objetivos dessas políticas. Em relação aos atores, as intervenções devem contar com a participação dos poderes públicos, das instituições civis e dos grupos comunitários. Rubim (2007) defende que a política cultural só poderá ser considerada uma política pública, se ela for submetida a algum controle social, através de debates e crivos públicos. Canclini (1987, p. 65) também ressalta que a política cultural deve ter como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e contribuir para algum tipo de ordem ou transformação social. Com esta finalidade, as iniciativas devem ser pensadas visando resultados a longo prazo, pois a valorização de um capital simbólico requer tempo e também depende da bagagem cultural herdada. Esta tarefa não se resume a um mandato político ou a uma gestão administrativa, e, portanto, é fundamental que as políticas sejam elaboradas e executadas com a participação do público ao qual elas se destinam. Neste sentido, defendemos que as decisões sobre as

políticas culturais sejam partilhadas através da criação da esfera pública não-estatal, por meio de diálogos entre Estado, conselhos, fóruns deliberativos, organizações sociais e a população, buscando a efetividade e a eficácia das ações. É preciso envolver a população na arena pública, de modo a respaldar a ação estatal na área da cultura.

De início, uma importante medida providenciada pela nova gestão foi a realização de uma parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para uma sistematização de informações relacionadas ao setor cultural⁵. Reorganizou-se também a estrutura interna do Ministério da Cultura, buscando reforçar a articulação entre a administração direta e demais instituições vinculadas.

No ano de 2005, foi promulgado o Decreto nº 5.520, que veio reestruturar o Conselho Nacional de Política Cultural (órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura). Este órgão, instalado definitivamente em dezembro de 2007, tem como finalidade "propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional" (Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/sobre-o-cnpc/>. Acesso em 10/09/2015).

Pela primeira vez composto por membros eleitos pela sociedade – além do poder público federal, estadual e municipal; de setores empresariais, culturais e de fundações e institutos – , o CNPC forma-se pelos seguintes entes: I - Plenário; II - Comitê de Integração de Políticas Culturais; III - Colegiados Setoriais; IV - Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho; e V - Conferência Nacional de Cultura.

Ainda no ano de 2005 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Cultura, advindo desta a proposta de Emenda Constitucional nº 48/05, a qual prevê a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), aprovado em dezembro de 2010.

O PNC é ponto de partida para a concretização do Sistema Nacional de Cultura (SNC), aprovado pela Câmara dos Deputados através da PEC 416/2005. Com a articulação e a integração de fóruns, conselhos e outras instâncias de participação advindas da sintonia pretendida no SNC, pretende-se que haja uma superação das ausências no campo das políticas culturais do país⁶, com a consequente consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência de programas culturais

⁵ Dados retirados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003, site do Minc.

⁶ Segundo Rubim (2009, p. 32), nos últimos cem anos, o percurso histórico das políticas culturais foi permeado por propriedades como ausência, autoritarismo e descontinuidade, sendo esta última também mencionada pelo autor como "instabilidade" e compreendida como uma "conjugação de ausência e autoritarismo". O autor ainda estabelece como "tristes tradições e enormes desafios" as políticas culturais no Brasil (Rubim, 2007).

de médios e longos prazos, não submetidas às intempéries conjunturais.

A aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição 416/2005, acrescentou o artigo 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura (SNC). O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura já está em andamento há algum tempo em todo Brasil, em que pese em estágios bem diferenciados. Isso porque a implantação do SNC possui como prerrogativa com a criação, por Estados e Municípios, de órgãos gestores da cultura, constituição de conselhos de política cultural democráticos, realização de conferências com ampla participação dos diversos segmentos culturais e sociais, elaboração de planos de cultura com a participação da sociedade (já aprovados ou em processo de aprovação pelo legislativo), criação de sistemas de financiamento com fundos específicos para a cultura, de sistemas de informações e indicadores culturais, de programas de formação nos diversos campos da cultura e de sistemas setoriais articulando várias áreas da gestão cultural. Isso já têm ocorrido em diversos municípios e estados do país nos últimos anos. (BRASIL/MINC, 2011, p.3).

Ou seja, o MinC agirá elaborando as proposições políticas através de um processo de consulta pública instalado em distintas instâncias e fóruns de cultura, juntamente com a experiência vivenciada pelos entes da federação e a sociedade civil, além da incorporação de experiências sistêmicas de outras áreas da gestão pública no Brasil (VELLOZO, 2011, p. 46).

A coordenação do SNC compete à instituição pública responsável pela execução das políticas da área cultural. Assim, a nível nacional, o *órgão gestor* é o Ministério da Cultura, no nível estadual, são as Secretarias Estaduais de Cultura e, no nível municipal, as Secretarias Municipais de Cultura (ou órgão equivalente).

Para concretizar a almejada articulação, pactuação e deliberação pretendidas, aliam-se nesta estrutura os *Conselhos de Políticas Culturais*, as *Conferências de Cultura* e as *Comissões Intergestoras*. Os Conselhos e as Conferências de Cultura integram claramente o objetivo do SNC de vincular diálogos permanentes com a sociedade civil. Tanto os Conselhos quanto as Conferências acontecem nas três instâncias federativas: municípios, estados e federação, cada qual em seu âmbito de abrangência e necessidades específicas, sempre com o foco de aderir ao modelo de rede sistêmica proposto pelo SNC.

Para a concretização desta rede de articulação, o SNC prescinde dos seguintes instrumentos de gestão, ressaltando novamente que, como todos os mecanismos desse Sistema, estes instrumentos também necessitam existir nos três entes federativos: *Plano de Cultura*, *Sistema de Financiamento da Cultura*, *Sistema de Informações e Indicadores*

Culturais e Programa de Formação na Área da Cultura.

Para a plena satisfação desse modelo sistêmico, e para o funcionalismo do mecanismo do SNC, far-se-á necessária cooperação, aceitação e comprometimento dos municípios, estados e distrito, instituindo uma relação embasada pela coparticipação. A diferença em relação aos modelos de política cultural anteriores reside no fato de ser o SNC uma instituição de pensamento sistêmico, que provoca nas instituições e respectivos gestores de cultura a necessidade de se colocarem a par da estrutura proposta, bem como de firmar um Acordo e de cumprir e implementar o chamado CPF da cultura: **Conselhos, Participação Social** por meio dos espaços de participação e o **Fundo de Cultura** (VELLOZO, 2011, p.50)

Além disso, podem também ser destacados como inovações no campo das políticas culturais do mencionado período a reorganização do Fundo Nacional de Cultura, por meio de Comitês Técnicos; a formulação de projetos de lei com a revisão da Lei Rouanet e elaboração do Procultura; o Programa Cultura Viva; o Vale-Cultura; a abertura de consultas públicas para ocupação de espaços de representatividade nessas instâncias e a elaboração dos planos setoriais das áreas artísticas e de áreas da cultura; e a Proposta de Emenda Constitucional 150 (PEC 150/2003), para destinação de recursos à Cultura com vinculação orçamentária de 2% a nível federal, 1,5% estadual e 1% municipal; e, recentemente, a implementação do Plano Nacional das Artes.

Uma vez demonstrados os princípios e funcionamento do Sistema Nacional de Cultura, cumpre agora traçar a relação da área da Dança, enquanto área autônoma de produção e articulação política, com os mecanismos do SNC e os espaços institucionalizados de participação; qual o contexto histórico dessa organização da área e por que ela se potencializou na última década, já que esteve presente em todo o mencionado processo de inovação das políticas culturais no Ministério da Cultural e construção do SNC, além das conquistas relacionadas à especificidades da própria área.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NA AREA DA DANÇA E O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

Considerando a apresentação feita acerca do Sistema Nacional de Cultura e suas estruturas, cabe aqui situar a área da Dança em relação aos temas anteriormente mencionados, analisando os programas e o desenvolvimento da área na esfera de poder

federal, destacando especialmente a valorização da área a partir de dois pressupostos: sua especificidade como norteadora para a construção de programas, a implementação de ações e a ocupação de espaços de representatividade, e o processo de consulta pública para a elaboração de suas políticas públicas e a ocupação de seus espaços de representatividade.

Antes de adentrar à relação da atuação da Dança no Sistema Nacional de Cultura, cumpre apresentar breve contexto histórico da organização da área e de sua alocação nos órgãos públicos federais.

Helena Katz fala a respeito da organização da área da Dança na maioria de seus artigos. De um deles, do ano de 1998, extrai-se o seguinte trecho:

“em primeiro lugar, finalmente a classe se organiza. E bailarinos unidos jamais serão vencidos, sabem os que tem mais de 35 anos. Depois que o ministro da cultura Francisco Weffort declarou, a um ano do termino do seu mandato, que a Dança não evoluía porque não era organizada, o povo tomou-se de brios, promoveu reuniões pelo país e, para começo de conversa, pede uma comissão oficial só para a Dança. Caso seja mesmo viável criar e praticar uma adequada política cultural específica para a área, já será uma conquista a celebrar, daqui um ano.” (KATZ, 1998).

As datas e títulos de uma seleção de artigos de Katz que versam sobre políticas culturais já são suficientes para se ter noção mínima que a trajetória e organização política da classe vem de muito tempo:

1977 – ENFIM, A UNIAO IMPOSSÍVEL DO PESSOAL DA DANÇA
1978 – SNT DÁ PASSO EM FALSO COM O CORPO DE BAILE
1979 – BAILARINOS UNIDOS PARA MORALIZAR A PROFISSÃO
1979 – UM GRANDE ENCONTRO COM A DANÇA NO TBC
1981 – NA BAHIA, UMA DISCUSSÃO SOBRE A DANÇA NO BRASIL
1987 – NEM TUDO ESTÁ PERDIDO
1996 – BRASIL REDESCOBRE O VALOR DA DANÇA.
1996 – DANÇA: BALANÇO 1996.
1997 – DANÇA: BALANÇO 1997
1998 – DANÇA ESPERA POLITICA CULTURAL ESPECIFICA PARA A ÁREA
1998 – BALANÇO DO ANO DE 1998
2001 – UMA LUTA CRIATIVA PELA DANÇA CONTEMPORÂNEA
2003 – SETOR MERECE RESPEITO FORA DO PAÍS.
2004 – A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A DANÇA.
2005 – HOJE É DIA DA DANÇA: QUEM VAI COMEMORAR?
2006 – MUITOS EDITAIS, POUCA POLÍTICA
2009 – FALTA À DANÇA O RECONHECIMENTO COMO UMA ATIVIDADE PRODUTIVA.

(Organização de títulos dos artigos de Helena Katz, constantes no endereço eletrônico: <http://www.helenakatz.pro.br/>. Acesso em 15/09/2015).

O primeiro registro que se tem conhecimento de artistas da Dança reunidos para discussão sobre sua situação profissional data de 1979, referindo-se ao Concurso Nacional de Dança realizado em Salvador/BA, no ano de 1977. Daí surgiram outras iniciativas pelo país, como por exemplo, a 1ª Mostra de Dança Contemporânea de São Paulo no Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), em 1979, inclusive contaminando ações da esfera de poder federal como os ciclos de Dança, realizados no Rio de Janeiro, a partir de 1978 (KATZ,1979). O ano de 1977 foi também quando o Serviço Nacional de Teatro (primeiro órgão oficial criado em 1937 com a finalidade de representar as artes cênicas em nível nacional) passa a abranger as áreas de Dança e Circo (VELLOZO, 2011, p.126).

No âmbito de poder federal, a criação da Funarte em 1975 também é considerada, ao lado da atuação do SNT, como marco inicial de ações para a área da Dança. Em 1981, o SNT vira Inacen, e a Dança permanece como área de atuação, ocupando um espaço na nova instituição denominado Serviço Brasileiro de Dança (SBD). Já em 1987 o então Inacen passa a ser denominado Fundacen, e o SBD transforma-se em Instituto de Dança. Tal manutenção de um espaço específico para a classe se deu em virtude de reivindicações dos próprios artista da Dança (VELLOZO, 2011, p.137).

A Funarte apoiava os eventos da Fundacen, a exemplo do Concurso Nacional de Dança Contemporânea desde 1977, do qual se desdobrou a Oficina Nacional de Dança Contemporânea, que se consolida como importante referência para a Dança no país:

Observa-se nessa iniciativa tanto os aspectos voltados à pesquisa de linguagem da Dança quanto uma preocupação e ação voltadas à conquista de espaços políticos para a área, mostrando a importância deste projeto no cenário nacional brasileiro como um formato que integrou discussões aparentemente distintas da Dança, que, contudo, se inter-relacionam e codependem, a exemplo das condições para a produção em dança e o estudo da própria linguagem, no recorte da Dança contemporânea (VELLOZO, 2011, p.144).

Assim foi também com outros festivais e eventos na área, cada vez mais focados na autonomia da Dança em relação ao então SNT:

No "Festival de Arte da Bahia", o Concurso Nacional de Dança Contemporânea dava lugar a "I Oficina Nacional de Dança", que se desdobrou a partir da ideia do Concurso deflagrando "um movimento que reivindicava a autonomia da Dança em relação ao Serviço Nacional do Teatro (SNT), propondo a criação de um instituto específico para a Dança, assim como a Música e as Artes Plásticas, que tinham seus próprios órgãos e a descentralização do apoio às artes pelas esferas públicas federais, muito focado no Sudeste e Sul do Brasil" (GUIMARÃES 2010, p.17).

Outro importante festival de Dança, que hoje carrega o título de maior festival competitivo de Dança do país e da América Latina, o Festival de Dança de Joinville passa a ser apoiado pela Funarte a partir do ano de 1983. Já no ano de 1985, houve a criação do Ministério da Cultura, desmembrado do então Ministério da Educação. Entretanto, o que se verifica é que foi uma criação prematura que acabou gerando um enfraquecimento das instituições já existentes na área da cultura, e, além disso, a diminuição de verba, a ausência de linhas de atuação política e a falta de técnicos especializados no setor.

Destacam-se os seguintes programas para Dança na década de 1990: "Dança no Cacilda Becker- Funarte", – o "Prêmio Estímulo a Grupos de Teatro e Dança", Prêmios "MinC – Mambembão" e "Troféu Mambembe de Dança", e o "Funarte na Cidade, “O Olhar Contemporâneo da Dança - IBAC”, "Programa de Apoio a Excursões de Espetáculos de Teatro e Dança". No mais, o período foi também de uma série de cortes orçamentários para a área da cultura em geral. Em 2000, o destaque é para o “Mapeamento Rumos Dança Itaú Cultural”, primeiro levantamento oficial abrangendo a área.

Passa-se agora a analisar a Dança no período que se inicia em 2003, pós eleições presidenciais e considerado um novo marco para as políticas culturais. Acompanhando o ritmo ditado pelo novo governo de abertura dos canais de participação social, a Dança esteve presente com suas reivindicações em todo o processo de renovação das políticas culturais, conforme se demonstrará a seguir.

Começando pelo comando dos espaços de representatividade, cita-se uma notável valorização na escolha de especialista da área para ocupação de tais espaços, bem como uma ampla consulta pública para indicação de tais especialistas (VELLOZO, 2011, p.248):

“E o que se diferenciou radicalmente no processo de ocupação de um espaço institucional para a Dança na Funarte, em 2004, foi a seleção feita para a ocupação do cargo de Coordenador de Dança para este espaço de representatividade da área na esfera de poder federal. Quando a Dança passa a ser um setor específico de uma instituição cultural, não mais vinculada a outras áreas, não apenas mais um assento se fará necessário, mas quem o preencherá passa a ser também uma questão a ser refletida pela instituição. em 2004 a Funarte assume sua parcela oficial de responsabilidade com a especificidade da Dança, no País, ao recriar um espaço de representatividade dentro de seu próprio organograma A instituição de uma coordenação de Dança – 2004 A 2007 - visava encaminhar este segmento artístico para alcançar programas exclusivos e orçamento próprio, para atender a reivindicações da categoria.”

Para Antonio Gilberto, então diretor do Centro de Artes Cênicas (Ceacen) da Funarte, *"A Dança atingiu esta conquista a partir da valorização de sua especificidade, com espaço para cada área cultural, e da escolha de um especialista, Marcos Moraes como coordenador"* (FUNARTE, 2007, p.14). Entretanto, ainda que se considere tal conquista, o novo período foi de dificuldade, conforme assevera em entrevista para Marila Vellozo o Coordenador de Dança da época, Mauro Moraes: *Ou seja, embora tivesse existido antes, a Coordenação de Dança era uma espécie de não lugar, sem voz nem trânsito na casa, sem orçamento próprio, sem programas, sem mala direta, sem qualquer capacidade de comunicação com a classe, sem arquivos organizados, sem informações.* (MORAES, 2010 apud VELLOZO, 2011).

O ano de 2005 foi o ano de implantação das Câmaras Setoriais de Teatro, Dança, Música e Circo. Tais Câmaras viriam a se transformar, no final de 2007 e após ficarem dois anos sem funcionamento, em Colegiados Setoriais, dentro da estrutura do Conselho Nacional de Políticas Culturais. São as instâncias máximas de participação e representatividade específica das organizações da sociedade civil das áreas artísticas junto ao poder público Federal; o marco mais importante das ações políticas para as artes já realizadas.

As atribuições das antes Câmaras Setoriais, e que permanecem enquanto Colegiados, eram as de fornecer subsídios e formular recomendações que fundamentassem o estabelecimento de diretrizes, estratégias e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das áreas artísticas e culturais, de acordo com os eixos centrais que orientam as políticas do Ministério da Cultura, bem como construir os planos setoriais de cada segmento. Além da atribuição de manter vivo o espaço e a consulta pública junto à sociedade civil. Especificamente, sobre a Dança:

Para a Dança foi um marco especial já que inicialmente foi lançada a Câmara Setorial de Artes Cênicas, desdobrando-se a nomenclatura e o funcionamento logo no início em Câmaras de Circo, de Dança e de Teatro respectivamente, conforme solicitação dos representantes da Dança ao então Secretário-Executivo, Juca Ferreira, que acatou a reivindicação. Cabe ressaltar a importância desse fato vinculado à criação da Coordenação de Dança, que registra uma motivação conjunta e de demanda expressiva da classe artística da Dança e que ainda exige conquistas nesta seara da especificidade como a destinação de recursos financeiros para a área. Na Dança integraram a primeira gestão 11 representantes de dez estados e do distrito federal, e cinco especialistas em áreas da cadeia produtiva. Os representantes foram indicados pelas organizações de Dança de seus estados, e alguns deles vinham de uma militância junto ao Fórum Nacional de Dança. (VELLOZO, 2011, p.224).

O período aqui retratado foi também o de elaboração do Plano Nacional de Dança. No decorrer desse período, e principalmente até junho de 2009, formaram-se fóruns específicos de atuação para suporte aos trabalhos de consulta, debate e contribuição para averiguação de demandas conjuntamente aos representantes da Câmara Setorial de Dança. Organizações civis da área, representantes das Câmaras e a coordenação de Dança da Funarte trabalharam na construção do PND. O Plano Nacional de Dança foi concluído em 2009, publicado em 2010 e ainda não foi implementado, sendo pauta frequente das manifestações da classe. Sobre o PNC:

Espera-se que o PND se torne o mecanismo, de teor político, para o estabelecimento da continuidade em programas na área. O PND foi estruturado em seis eixos: Gestão e Políticas Culturais, Economia e Financiamento da Dança; Formação em Dança e de Público; Pesquisa, Criação e Produção em Dança; Difusão e Circulação em Dança; Registro e Memória da Dança com diretrizes e ações específicas. Visando ao ajuste do PND para publicação e consulta pública, este plano foi compilado e reformatado pelo atual Colegiado Setorial de Dança, em novembro de 2010, e é aguardado seu lançamento junto aos Planos Setoriais de Circo e Teatro, conjuntamente, como propôs o Ceacen/Funarte.(VELLOZO, 2011, p.256).

O Plenário atual do Colegiado Setorial de Dança é composto por titulares e suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil nomeados pelo Ministro de Estado da Cultura, da seguinte maneira: I - (cinco) representantes do Poder Público, escolhidos dentre técnicos e especialistas indicados pelo Ministério da Cultura e (ou) pelos órgãos estaduais, distrital e municipais relacionados ao setor e seus suplentes; e 15 representantes da sociedade civil organizada. (VELLOZO, 2011, p.228). A propósito, o Conselho Nacional de Políticas Culturais está em pleno processo eleitoral para escolha dos novos representantes de seus Colegiados Setoriais, para que assumam a quarta formação dos respectivos Plenários.

Ainda na seara das conquistas quanto aos espaços de representação na área da Dança na âmbito do poder federal, cita-se o lançamento, em setembro de 2010, dos fundos setoriais do Fundo Nacional de Cultura (integrante da estrutura do SNC). Novamente, a Dança se alocaria no chamado Fundo Setorial de Artes Cênicas, entretanto e com a reivindicação dos próprios representantes e também da classe, foi modificado para Fundo Setorial de Circo, Dança e Teatro com a instalação dos Comitês Técnicos destes Fundos Setoriais. E, ainda falando sobre fundos setoriais:

Sob esse aspecto dos fundos setoriais, a conquista mais importante da classe artística da Dança foi a de um fundo específico no projeto de lei do Procultura (Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura). Essa conquista deve-se a uma articulação nacional em torno desta questão específica, pois inúmeros militantes da área da Dança ocuparam os espaços das audiências públicas do Procultura, durante 2010, em várias capitais do País. alteração da lei pela relatora na qual consta um fundo setorial específico para a Dança, assim como um prêmio nacional para a área. Essa alteração no projeto de lei foi aprovada no dia 8 de dezembro de 2010, na Comissão de Educação e Cultura. (VELLOZO, 2011, p.230).

É importante destacar que, a despeito desses alcances, não foi efetiva e permanente a autonomia da área da Dança em relação às Artes Cênicas. Para os mais variados demais aspectos, a Dança permaneceu – e até hoje em alguns casos permanece – sob a rubrica das Artes Cênicas. Isso implica em divisão dos recursos, e, historicamente, denota-se a falta de critérios para tal distribuição entre as três áreas (Dança, Teatro e Circo). Há que qualificar o debate das organizações civis da Dança e dos espaços de representatividade para que a área atinja real autonomia, principalmente demonstrando e buscando o reconhecimento de sua autonomia econômica. E mesmo após cada área ter seu Fundo Setorial, a ausência de critérios pela Funarte para distribuição de recursos permaneceu, mesmo com as manifestações do Colegiado de Dança. Veja-se:

Muito tempo depois, no Brasil, a Dança passou a ser abrigada debaixo da rubrica artes cênicas. Desde então, vem pagando caro por lá continuar (mal) acomodada sem pleitear o direito de mostrar a sua cara – com a sua expressividade particular, com a sua dramaturgia específica.!. [...] A Dança precisa reivindicar além de políticas públicas próprias, rubricas próprias, exclusiva como cada arte é ("Hoje é dia da Dança. Quem vai comemorar?", artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, edição de 28/04/2005).

Mas foi somente em 2010 que um documento oficial pela autonomia da área foi lançado, após muita manifestação e pedidos dos integrantes da Câmara Setorial ao CNPC. Em 06 de julho de 2010 é publicada em Diário Oficial a Moção n.o 25, do Colegiado de Dança, que havia sido solicitada novamente, em 23 de junho de 2010. Intitulada "Moção de Apoio à Câmara Setorial de Dança pelo cumprimento da Recomendação n.o 01/2005, aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, que evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera" (BRASIL/MINC, 2010).

A área da Dança alcançou também o lançamento em 2006 de um prêmio específico na Funarte, denominado Prêmio Funarte Klauss Vianna de Dança:

O Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna, criado com vistas a apoiar a produção nacional de Dança, destinou-se ao financiamento de montagens de espetáculos e ao investimento na manutenção de programas criados por grupos e companhias, a exemplo de projetos de pesquisa teórica e de experimentação de linguagem. Extensivo a todos os estados da federação, o Prêmio Klauss Vianna teve por objetivo estimular a descentralização da cultura e o intercâmbio de produção criativa em Dança. (VELLOZO, 2011, p.237)

Em suma, pode-se constatar que a área da Dança, suas organizações civis e representantes dos espaços de participação institucionalizada, especialmente dentro da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, foram agentes importantes na construção e no alcance das mudanças e conquistas para a área. Passa-se, portanto, no item que se segue, a dar destaque para a gama de alterações e avanços que a classe alcançou ao longo dos anos em que aumentaram-se os espaços de participação social institucionalizada no país.

4. OS AVANÇOS NA ÁREA DA DANÇA A PARTIR DAS POLÍTICAS PARTICIPATIVAS DA CULTURA

Destacam-se agora os acontecimentos que representaram, de alguma forma, avanços para a área da Dança, e que, notoriamente contaram com a organização e reivindicação da sociedade civil organizada da área, seja nos formatos de fóruns, coletivos ou mesmo por meio dos representantes de espaços de representação institucionalizada a exemplo do Colegiado Setorial de Dança, pertencente à estrutura do Sistema Nacional de Cultura.

Não há dúvidas de que o processo de conquista de autonomia da área da Dança iniciou muito antes dos espaços do SNC, como vimos pelo histórico delineado no tópico anterior, assim como também parece claro que tal processo perdura até os dias de hoje. Antes de 2003, conforme demonstrado, a área já acumulava espaços conquistados nos órgãos públicos de cultura específicos para a área, alguns prêmios e o Mapeamento Rumos Dança Itaú Cultural, em 2000.

Importante salientar um fator ainda não mencionado e que repercutiu e repercute atualmente no que se refere à autonomia da Dança. Em 2001 a classe travou profundo

embate com o CONFEF (Conselho Federal de Educação Física). Por não ter instrumentos legais que resguardem a área a Dança, esta passou a sofrer ameaça da perda de sua autonomia para a Educação Física. Através do Projeto de Lei 7370/02, que regula a área da Educação Física, a mesma insistia em dominar o mercado de trabalho das academias de formação em Dança através da imposição de que todos os professores de Dança se filiassem ao CONFEF e para isto deveriam ser formados em educação física ou se “qualificar” num curso de três meses. Foi uma situação acalorada e ameaçadora que mobilizou os profissionais em Dança, incluindo a mobilização do congresso nacional, com o apoio de parlamentares que evitaram que o CONFEF invadisse o campo do ensino da Dança. Também houve posicionamento oficial do Ministro Gilberto Gil em apoio à Dança.

Atualmente, nova polêmica ronda a classe devido ao texto da Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Básico brasileiro, onde o subcomponente curricular “Dança” está incluído como um dos eixos fundamentais que compõem o componente curricular Educação Física, a despeito de toda legislação que determina este conhecimento como pertencente à Arte. Novamente a classe se organiza e mobiliza nacionalmente, mediante muito debate interno da própria área, para que uma solução seja dada.

Retomando aos destaques pontuais de avanços para a área a partir de 2003:

- Valorização da área pela escolha de especialistas através de consulta pública para ocupação dos cargos de Coordenação em Dança do Ministério da Cultura e Funarte;
- Câmara Setorial específica da área da Dança, após manifestação da classe quanto a existir apenas a Câmara Setorial de Artes Cênicas;
- Elaboração do Plano Nacional de Dança, com ampla participação da classe, que servirá como programa instituído com continuidade e específicos das demandas da endoestrutura da Dança;
- Fundo Setorial de Dança dentro da estrutura do Sistema Nacional de Cultura, específico para a área, após manifestação da classe quanto a existir somente o Fundo de Artes Cênicas;
- Fundo Setorial para a Dança no projeto de lei do Procultura (PL 6722/10), (Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura), e de um Prêmio para a área da Dança, que até o presente momento, intitula-se “Mabembe” (A inserção destes mecanismos de fomento setoriais no projeto de lei do Procultura deveu-se a uma articulação nacional em torno desta questão específica, ativada por inúmeros

militantes da área da Dança que ocuparam os espaços das audiências públicas do Procultura, durante 2010, em várias capitais do País) (VELLOZO, 2011).

- Moção de Apoio à Câmara Setorial de Dança pelo cumprimento da Recomendação n.o 01/2005, aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, que evitem o uso da nomenclatura ARTES CÊNICAS como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera, publicada em Diário Oficial em 06 de julho de 2010;
- Prêmio específico da área denominado Prêmio Funarte de Dança Klauss Viana;

Outros destaques ainda podem ser descritos, como por exemplo a conquista de verba para o Mapeamento Nacional de Dança nas capitais, reivindicação já de alguns anos pelo Colegiado Setorial de Dança - CNPC. Em audiência com a Ministra Marta Suplicy, no dia 29 de abril de 2014, Dia Internacional da Dança - quando foi protocolado documento com as reivindicações da Área -, foram direcionados pelo Ministério da Cultura (MinC) a quantia de 1 milhão de reais para iniciar o projeto de Mapeamento nas capitais brasileiras (base de dados do Colegiado Setorial de Dança, no site do Ministério da Cultura – acesso em 01/10/2015).

O Mapeamento é uma ação de diagnóstico da área e cuja primeira etapa se tornou possível através de assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre a UFBA e FUNARTE/MINC, no ano de 2015. Os dados deste diagnóstico serão triangulados com as diretrizes e ações propostas no Plano Nacional de Dança.

Em dezembro de 2008 foi disponibilizado no site da Funarte o Cadastro da Dança Brasileira sendo que em 2009 haviam sido realizados 1.731 cadastros entre profissionais, instituições, espaços, organizações, projetos sociais, fontes de informação, estabelecimentos de ensino, entre outros. Uma importante iniciativa da Coordenação de Dança em criar este banco de dados para uma compreensão mais aprofundada da realidade da Dança no Brasil. (VELLOZO, 2011, p.245)

Criados a partir das situações institucionalização e de luta pela autonomia da área, o Fórum Nacional de Dança, o Mobilização Dança (SP), Cooperativa Paulista de Dança, Fórum de Dança de Curitiba, Fórum de Dança de Goiás, entre outros tantos movimentos e fóruns pelo Brasil, passaram a atuar em esferas políticas distintas, regionais, debruçados sobre questões e necessidades específicas da área da Dança. Ou, ainda, como a conquista de cadeiras exclusivas da área dentro dos Conselhos Estaduais de Cultura (a exemplo do Paraná, onde a classe mobilizou-se a ponto de desmembrar a cadeira destinada

primeiramente a artes cênicas para cadeiras exclusivas de Dança, teatro, ópera e circo).

Outro aspecto de destaque nessa construção histórica foi o aumento de cursos universitários de licenciatura em Dança, vertente ainda muito recente no panorama nacional, mas que, em poucos anos, expandiu-se de forma significativa. Existem hoje no Brasil 35 cursos de Licenciatura em Dança reconhecidos pelo MEC.

Por todas essas conquistas, justifica-se a escolha da área da Dança como exemplo concreto de que a participação social realmente impacta na construção de políticas públicas no âmbito da democracia participativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo na introdução, no início do presente artigo, foi trazido a estatística do IBGE do ano de 2006, que indica que a Dança é a linguagem que, em segundo lugar – apenas atrás do artesanato –, reúne o maior número de grupos artísticos por município no país.

Importante reforçar isso, agora em âmbito conclusivo e após o discorrido nos tópicos do artigo para avaliar alguns pontos. Primeiro que, mesmo considerando-se esse percentual, à época não havia ações específicas do poder público para a área, e mesmo assim alcançou esse patamar de existência – que hoje certamente é maior – no país. Sendo assim, é de extrema relevância que se discuta tanto no âmbito interno da classe de Dança, quanto no âmbito externo do poder público federal, estadual e municipal. Como assevera Vellozo (2011, p.258):

É de fundamental importância que as organizações da sociedade civil provoquem discussões a partir deste indicador e demandem o apoio e a estrutura para a permanência digna dos grupos e iniciativas em Dança que preenchem esta porcentagem e exercício de atividade em Dança – que diz respeito a distintos gêneros de Dança, e que pode se constituir em um forte argumento para aumento de recursos e necessidade de mapeamento específico na área.

Por outro lado, é necessário que se atente para o número de organizações de Dança existentes no SNC, que certamente não condiz com a amplitude e territorialidade do país e do próprio índice do IBGE. Também não orna tal índice com o fato de que, ainda que considerando os avanços alcançados, a Dança não atingiu a plenitude de sua legitimação nos sistemas político, econômico e também cultural como atividade produtiva que necessita de recursos próprios e programas que abarquem a dimensão democrática e descentralizada dos

eixos específicos que ainda recebem a maioria dos recursos.

Além disso foi possível a compreensão de que, tanto inserida na estrutura de participação institucionalizada do SNC, quanto em outros fatores que percebia necessidade, a classe se organizou e garantiu o mínimo de espaço, para que não permanecesse com ações que muitas vezes seguem as necessidades provenientes da endoestrutura de outros segmentos artísticos como o teatro. Ou seja, de variadas formas a classe se articulou e conquistou, a partir do entendimento de seu potencial e dos Direitos Culturais que lhes são resguardados, mesmo que em algumas das vezes motivada por fatores externos, tal qual o próprio SNC e o embate com o CONFEF (VELLOZO, 2011, p.264).

Pretendeu-se neste artigo delinear a forma com a qual os apontados avanços e conquistas da área da Dança podem – e se podem – ser atribuídos a um cenário amplificado de participação social institucionalizada, como se deu a partir de 2003 com o início da construção do Sistema Nacional de Cultura.

Percebeu-se, também, a trajetória árdua da classe que perdura até os dias atuais, visto que nem todos os anos representaram avanços, e, aqueles que foram apontados seriam o mínimo de reconhecimento e valorização para a área. Muito ainda precisa ser construído. A classe busca hoje prioritariamente apoio político e suporte jurídico para elaboração de mecanismo legal para a área da Dança que promova a autonomia da Área, definitivamente. Sobre esse ponto destaca-se a tramitação, atualmente no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 644, de 2015, o qual dispõe sobre o exercício da profissão de Dança – Lei da Dança.

É conveniente repisar também que internamente há intensos debates e divergências entre os representantes da área, mas que convergem para um maior enriquecimento do debate e a espera de que as decisões sejam sempre hábeis a proporcionar para toda a classe melhores condições possíveis. Tais posturas, inclusive as de embate político para além do artístico, só se tornaram possíveis conforme a classe foi tomando consciência da força política da área, através das conquistas que vieram com o tempo. A área da Dança percebeu que podia, e que organizada, pode cada vez mais.

Esse é, sem dúvida, um ponto positivo da democracia participativa, tão trabalhada no primeiro tópico deste artigo. O destaque é total relacionado com o universo da participação da sociedade civil, e quis-se demonstrar que toda a organização, articulação e avanços citados para a Dança foram oriundos desses espaços de participação, das organizações civis. Sem dúvida, o impacto e a influência desses processos participativos

foram perceptíveis, renderam frutos, e renderam, especialmente, a conscientização de que se pode alcançar muito mais.

De todo o exposto, resta claro que a investigação dos problemas políticos e econômicos da área continuam sendo tão importantes quanto são urgentes, para que se dê continuidade aos avanços e à busca pelo modo como as alterações na área da Dança se sucederam e em que medida essas políticas consideradas democráticas repercutem no desenvolvimento da área. A luta pelos avanços na área, principalmente no que toca sua autonomia política e econômica, bem como a especificidade de sua nomenclatura e espaços de representatividade, é algo que as organizações civis da Dança buscam em conjunto com o Estado, a partir de mobilização e participação ativa que se aperfeiçoa constantemente. Assim, foi possível perceber que o poder não reside tão somente nas instituições públicas, mas também e principalmente nas organizações do povo. Isso é o que espera-se ter sido demonstrado a partir do exemplo da área da Dança neste artigo. Por fim, e partindo do princípio de que toda ação é também política, como não deixar no ar o fato de que tudo isso possa se dever à relação indissociável do corpo (dança) com a política?!

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo (Org.). **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Dança**. Disponível em: <<http://danca.net/wp.../11/CSD-Plano-Nacional-da-Danca-diretrizes-Jun2009.pdf>>.

BRASIL/MINC. **Portaria n.o 44**, de 28 de abril de 2010. Publica o Regimento Interno do Colegiado Setorial de Dança do Conselho Nacional de Política Cultural. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2009/03/regimento-internodou1.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Moção n.o 25, de 23 de junho de 2010**. Moção da 10ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural que dá apoio à Câmara Setorial de Dança pelo cumprimento da Recomendação n.o 01/2005, que aconselha a todas as instâncias públicas ou privadas, em todas as esferas da Federação, que evitem o uso da nomenclatura Artes Cênicas como expressão generalizadora de áreas distintas como Teatro, Dança, Circo e Ópera. DOU, Brasília, DF, 06 jul. 2010, seção 1, p.15. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc>>.

BRASIL/MINC. **Câmara e Colegiado Setorial de Dança**: relatório de atividades 2005-

2010. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2012/10/plano-setorial-de-danca-versao-imprensa.pdf>>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais**: diálogo indispensável. Colóquio 2003. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados** [online]. v.9, n.23, p.71-84, 1995.

DAHL, Robert Alan. **La poliarquía**: participación y oposición. Madrid: Tecnos, 2009.

_____. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREIRE, Roberto de Barros. **Participação política como exercício de cidadania**. 2006. 176p. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-graduação, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FUNARTE - FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES. **Relatório de atividades 2003-2006**. Rio de Janeiro: Funarte, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cuadernos de la carcel**. México: Era, 1981.

GUIMARÃES, Rodrigo Leventi. Constituição Federal, a harmonia dos três poderes e a composição do Supremo Tribunal Federal. **Revista Jus Vigilantibus**. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/2439>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

KATZ, Helena. Enfim, a união impossível do pessoal da dança. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 20 out. 1977. Caderno de Variedades. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz81193834021.jpg>>.

_____. Na Bahia, uma discussão sobre a dança no Brasil. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jul. 1981. Caderno Folha Ilustrada. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz51213795842.jpg>>.

_____. Brasil redescobre o valor da dança. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1.o out. 1996. Caderno 2, p.D3. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz91153853155.jpg>>.

_____. A definição de uma política pública para a dança. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2004. Caderno 2, p.D3. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz81218207999.jpg>>.

_____. Hoje é dia da Dança: quem vai comemorar? **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2005. Caderno 2, p.D3. Disponível em:

<<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz41233319096.jpg>>.

_____. Muitos editais, pouca política. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2006. Caderno 2, p.D10. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz91167908521.jpg>>.

_____. Falta à dança o reconhecimento como uma atividade produtiva. **Jornal O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1.o jan. 2009. Caderno 2, p.D3. Disponível em: <<http://www.helenakatz.pro.br/midia/helenakatz51232394482.jpg>>.

MUNIAGURRIA, Lorena Avellar. 2015. **A construção do Sistema Nacional de Cultura: a relação entre Estado e sociedade civil**. Texto apresentado no 6º Seminário Nacional de Sociologia e Política. UFPR. Curitiba

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 23 a 25 de maio de 2007. 21p. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AlbinoRubim.pdf>>.

_____. “Políticas culturais entre o possível e o impossível”. Texto apresentado no II Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Salvador. 2006.

_____. 2007. **Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafio**. In: RUBIM, Antonio; BARBALHO, Alexandre (orgs.) *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Louise Caroline Santos de Lima e. **Conferências nacionais de políticas públicas e democracia participativa: conferências de políticas para as mulheres e decisões governamentais no período Lula (2003/2010)**. Recife: O autor, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). **Democratizar a democracia: os caminhos da democratização participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VELLOZO, Marila Annibelli. **Dança e política: participação das organizações civis na construção de políticas públicas**. 382f. 2011. Tese (Doutorado) - Escola de Teatro e Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VELLOSO, Marila; GUARATO, Rafael (org). **Dança e Política – estudos e práticas**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2006/default.shtm>>.